



27/06/2019

Número: **3000807-85.2018.8.06.0004**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **12ª Unidade do Juizado Especial Cível**

Última distribuição : **19/04/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIA HELENA DAS CHAGAS SOUSA (EXEQUENTE)		RUBENS FERREIRA STUDART FILHO (ADVOGADO) WILSON DE NOROES MILFONT NETO (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (EXECUTADO)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (EXECUTADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6483385	19/04/2018 17:23	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
6483416	19/04/2018 17:23	<a href="#">45.412.05008</a>	Petição
6483418	19/04/2018 17:23	<a href="#">45.412.05007</a>	Petição
6483422	19/04/2018 17:23	<a href="#">45.412.05006</a>	Petição
6483424	19/04/2018 17:23	<a href="#">45.412.05005</a>	Petição
6483426	19/04/2018 17:23	<a href="#">45.412.05004</a>	Petição
6483430	19/04/2018 17:23	<a href="#">45.412.05003</a>	Petição
6483431	19/04/2018 17:23	<a href="#">45.412.05002</a>	Petição
6483434	19/04/2018 17:23	<a href="#">45.412.05000</a>	Petição
6483439	19/04/2018 17:23	<a href="#">45.412.05</a>	Petição
15830039	04/06/2019 17:51	<a href="#">Despacho</a>	Despacho



PROCESSO 45.412/05





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
12ª UNIDADE DOS JUÍZADOS ESPECIAIS  
CÍVEIS E CRIMINAIS  
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeola

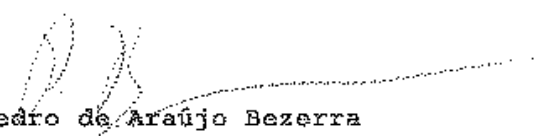
Processo nº 45.412/2005

**DESPACHO**

R. h.

Atualize-se o débito e intime-se a parte ré, através  
de seu patrono, via DJ eletrônico, nos termos do Art. 475-J.  
Expedientes necessários.

Fortaleza, 17 de setembro de 2012.

  
Pedro de Araújo Bezerra  
Juiz de Direito Auxiliar



Aten.: O *Índice de Avaliação de Risco* também atende às regras dos cálculos fazendários.

Atualizado da Metodologia Monográfica para simplificar verificação  
Criação a partir de Março/1965  
1990 atualizado até Agosto/2012

CONSEJO MONETARIO (2010-2011)

0305/1999

2740-2013

2018-04-04 22:50:20

0004 100 00 00000 (en: 0000)

[illegible]

\* \* \*

REGIÃO: Sudeste do Brasil - Minas Gerais

2000 2000.00

**WYKŁADZISTWA**

15:15:02

ACCESSORIES (page 107 of 107)

*Journal of Management Education* 30(6)p. 789-804  
© The Author(s) 2006. Reprints and permissions:  
<http://www.sagepub.com/journalsPermissions.nav>

1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 26

[illegible][illegible]

Calculator :

DEPARTMENT OF THE ARMY  
WASHINGTON, D. C. 20315

Received 12 November 2003; accepted 12 November 2003

Processo № 45.412/2005

CÁLCULO BASEADO EM DECISÃO FLS. 51/66.

*601734*



EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 12ª UNIDADE  
DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE FORTALEZA-CE.

PROCESSO Nº 45.412/06

*Antônia Helena das Chagas Sousa*  
18.06.11.16.30

ANTÔNIA HELENA DAS CHAGAS SOUSA, já amplamente qualificada, vem, perante este Douto Órgão Julgador, com a ordinária reciprocidade de respeito, através de seus judiciais patronos infrafirmados, expor para requerer o que segue:

Excelência, a Seguradora Interbrazil, Ré desta ação, encontra-se em procedimento de liquidação extrajudicial, fato público e notório, inclusive comunicado a este Juízo às fls. 22 (Portaria da SUSEP).

Ocorre, Nobre Julgador, após análise de algumas decisões neste sentido, nossos Tribunais têm determinado em casos semelhantes ao presente feito, nos quais as seguradoras demandadas tiveram sua falência decretada, a substituição do pólo passivo pela Seguradora Líder na fase de cumprimento de sentença, por entender que esta é integrante do Consórcio do Seguro DPVAT, e portanto, é a mesma legitimada a assumir a posição da seguradora condenada.

O entendimento supra encontra-se baseado na Resolução nº 154/2006 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Av. Antônio Sales nº 2.162/04, Dionísio Torres, Teresina/CE.  
CEL: 69.135-101. FAX: (55) 3761.53.18



em seu art. 5º, § 8º, o qual admite que a responsabilidade patrimonial recaia sobre o fundo comum constituído pelas seguradoras conveniadas, através do qual são custeadas as indenizações decorrentes de acidentes automobilísticos.

Logo, a jurisprudência é pacífica nesse sentido, que quando se tratar de seguro obrigatório, a indenização é sempre devida, cabendo suportar com a carga indenizatória qualquer uma das seguradoras integrantes do consórcio.

Vale ainda transcrever o trecho da decisão da D. Procuradoria de Justiça, em caso semelhante ao presente feito, a qual se encontra integralmente respaldada nos preceitos que envolvem nosso ordenamento jurídico, sendo esses os anseios da Promovente, em ver a aplicação dos ditames da justiça nesta *actio*:

*"não seria a hipótese de habilitação de crédito na falência, considerando que a criação do consórcio visa facilitar o recebimento dos valores relativos ao seguro, cabendo ressaltar que o patrimônio da agravante (Seguradora Líder) não se confunde com o do convenio por ela administrado."*

**ASSIM, POR SER A SEGURADORA LÍDER A ADMINISTRADORA DE TODAS AS DEMAIS SEGURADORAS COM RELAÇÃO AOS ACIDENTES AUTOMOBILÍSTICOS, RESPONDE POR QUALQUER UMA DELAS, TENDO ASSEGURADO O REEMBOLSO DOS VALORES DESPENDIDOS ATRAVÉS DE AÇÃO REGRESSIVA, SEM QUE CONFIGURE QUALQUER VIOLAÇÃO CONSTITUCIONAL OU INFRACONSTITUCIONAL.**

Pelo Exposto, Requer que seja a Seguradora Líder, para dentro do prazo legal, cumprir o julgado, sob pena de aplicação da multa de 10%, caso não o faça, requer ainda que seja proferida a "PENHORA ON-LINE" nas contas bancárias, até os limites da execução, em toda e qualquer instituição do sistema financeiro nacional,

Av. Antônio Sales nº 2.162/04, Dionísio Torres, Fortaleza/CE.  
CEP- 60.139-101. PABX: (85) 3261.5346



Rubens Ferreira Studart Filho      Wilson de Norões Milfont Neto  
OAB/CE nº 14.081      OAB/CE nº 15.248

**STUDART & NORÕES MILFONT**

Advogados Associados

OAB/CE nº 454

mediante o convênio BACEN-JUD celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e o Banco Central, nos termos da decisão proferida nestes autos, por ser medida de direito.

Nesses Termos,  
Pede e Espera Deferimento.  
Fortaleza (CE), 26 de agosto de 2013.

RUBENS FERREIRA STUDART FILHO  
OAB/CE Nº 14.081

WILSON DE NORÕES MILFONT NETO  
OAB/CE Nº 15.248

Av. Antônio Sales nº 2.162/64, Dionísio Torres, Fortaleza/CE.  
C.F.P. 60.135-101, C.A.B.X. (85) 3361.5348

3





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
12ª UNIDADE DOS JUÍZADOS ESPECIAIS  
CIVIS E CRIMINAIS  
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

Processo nº 45.512/2015.

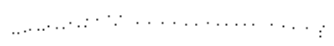
**ATO ORDINATÓRIO**

Por ordem do MM. Juiz de Direito titular da 12ª Unidade dos Juizados Especiais da Comarca de Fortaleza, e com vistas ao integral cumprimento exarado no ofício nº 66/2015 da lavra da Coordenação dos Juizados Especiais da Comarca de Fortaleza e em face do Unuciado nº 129 do FONAJE, que preceitua: "Nos juizados especiais que atuem com processo eletrônico, ultimado o processo de conhecimento em meio físico, a execução dar-se-á de forma eletrônica, digitalizando as peças necessárias" e sendo a informatização processual uma realidade proeminente, consoante se infere do esforço empreendido pelo Poder Judiciário em incorporar novas tecnologias para garantir celeridade processual, esta Secretaria digitalizará integralmente os autos do processo físico em epígrafe, sem nenhum ônus às partes e/ou advogados, atuando-os virtualmente, através do sistema processual virtual PJ-E, prosseguindo-se na fase processual devida.

Empos cumprimento da diligência acima, as partes serão intimadas, bem como seus advogados constituídos do procedimento adotado, informando-lhes o número processual adquirido quando da autuação dos autos virtuais no sistema PJ-E.

Cumprido o mandamento acima, estes autos serão arquivados com os cautelas de estilo.

Fortaleza, 05 de agosto de 2015.

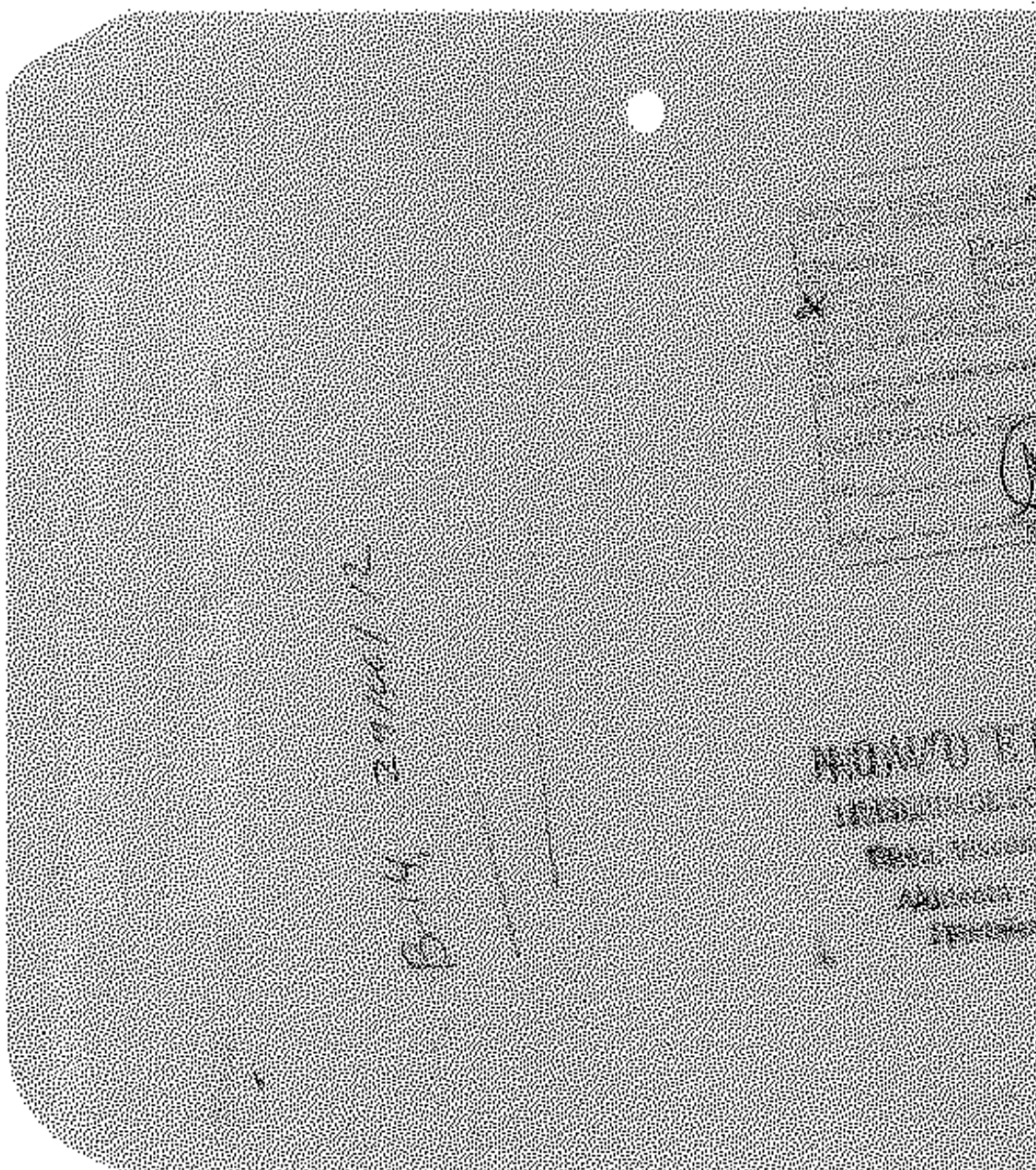
  
**Marcus Cristian de Queiroz e Silva**  
**DIRETOR DE SECRETARIA**



Ilmo Sr  
Rep. Legal da Cia Intermédia de Seguros  
Rua Dr José Pinheiro, 870 - Sala 305 - Praia  
Jardim - Rio de Janeiro - RJ - Cep 22.280











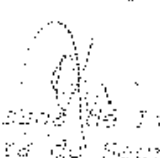
Poder Judiciário  
1ª Vara Especial Cível e Criminal do Foraleão  
Rua Viçconde de Naxa, nº 1.940 - Aldeia

Nº Processos: 43.412/2005

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins que, embora devidamente intimada, para oferecer contra-razões, consoante AR de fls. 36, a parte recorrida deixou transcorrer o prazo e nada apresentou. Sendo assim, faço remessa destes autos à Instância Recursal nos termos do despacho de fls. 34. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2009.

  
Dayra Fátima de Lima Sousa  
Diretora de Secretaria





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS PROF. DOLOR BARREIRA  
Av. Santos Dumont, nº 1.400 – Aldeota cep: 60.150-160  
SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO

#### REVISÃO DE FOLHAS

Nesta data procedi a revisão deste feito que apresenta  
\_\_\_\_\_ folhas, inclusive esta. Todas carimbadas e  
numeradas.

\_\_\_\_\_  
Distribuição das Turmas Recursais





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TURMAS RECURSAIS  
DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS**

Data - Hora  
25/3/2009 - 12:42

**Termo de Registro e Autuação**



Nesta data, após recebidos, os autos foram registrados e autuados pelo processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

Dados Gerais do Processo	
Protocolo Único	2009.0000.6583-2 / 0 RECURSO INOMINADO
Ação de Origem	COBRANÇA
Local de Origem	JUIZADO ESPECIAL - 12ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - ALDEOTA ( COMARCA DE FORTALEZA - 12A. UNIDADE DO JECC - PRATA DE IRACEMA )
Nº de Volumes	1
Autuação	25/03/2009
Assunto(s)	SEGURO
Natureza	CÍVEL
Just. Gratuita	SIM
Segredo de Justiça	NÃO
Apresentação/Preparo	Pobre
Competência	TURMAS RECURSAIS

Partes
<b>Nome</b>
Requerente : ANTONIA HELENA DAS CRAGAS SOUSA
Rep. Jurídico : 15248 - LL WILSON DE NOROLIS MONT NPTO
Rep. Jurídico : 15286 - CE JORGE ANDRE FORTALEZA SAMPAIO
Rep. Jurídico : 16081 - CE RUBENS TINKPIRA STUART FILHO
Requerido : INTERHAZIL SEGURODORA S.A

Fortaleza, 25 de Março de 2009

Responsável





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TURMAS RECURSAIS  
DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS

Data - Hora  
25/3/2009 - 12:37

Termo de Distribuição



Dados Gerais do Processo	
Protocolo Único	2009.0000.6583-2 / 0
Autuação	25/03/2009
Tipo de Ação	RECURSO INOMINADO
Assunto(s)	SEGURO
Local de Origem	JUIZADO ESPECIAL - 12ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - ALDEOTA ( COMARCA DE FORTALEZA - 12A. UNIDADE DO JECC - PRAIA DE IRACEMA )
Ação de Origem	COBRANÇA
Nº Apensas	0
Nº Volumes	1
Documento de Origem	PROCESSO
Documento Atual	PROCESSO
Fase Atual	DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO
Data da Fase	25/03/2009
Foi feita DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO do presente processo, motivo EQUIDADE, em 25/03/2009 (11-17, parágrafo) Relator (a): HENRIQUE JORGE GRANJA DE CASTRO	

Nome	Partes
Requerente : ANTONIA NELENA DAS CHAGAS SOUSA	
Rep. Jurídico : 15248 - CE WILSON DE NOROIS MILI ONT NETO	
Rep. Jurídico : 11766 - CE XIRGE ANDRI FORTALEZA SAMPAIO	
Rep. Jurídico : 16061 - CE RUBENS FERREIRA STUART FILHO	
Requerido : INTERPRAZI SEGURADORA S.A	

Fortaleza, 25 de Março de 2009

Responsável





ESTADO DO CEARÁ  
FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS PROF. DOUTOR BARREIRA  
QUINTA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS  
Av. Antônio Manoel de Azevedo - 1400 - Aldeia - CEP: 05.711-000 - Fortaleza/CE - Fone: 3433.1232 / 12.12.1

### CERTIDÃO

CERTIFICO que tomei no livro de registro, o presente  
Recurso Inominado - Cível com o número 2665 / 2009.  
O referido é verdade. Dou fé.  
Fortaleza, 27 de março de 2009.

*Ilana Rodrigues Cardoso*  
Ilana Rodrigues Cardoso  
SECRETÁRIA DA QUINTA TURMA RECURSAL DOS J.E.C.C.

### CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão dos presentes autos ao  
Exmo. Sr. **Henrique Jorge Granja de Castro**, Juiz  
Relator da 5ª Turma Recursal dos J.E.C.C.  
Fortaleza, 27 de março de 2009.

*Ilana Rodrigues Cardoso*  
Ilana Rodrigues Cardoso  
SECRETÁRIA DA QUINTA TURMA RECURSAL DOS J.E.C.C.





PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA 5ª TURMA RECURSAL



CERTIDÃO

CERTIFICO que, devido ao pedido de dispensa do Dr. Henrique Jorge Granja de Castro como Presidente - Relator desta Quinta Turma Recursal, (portaria 116/2010, publicada em 17/05/2010), foi designado para exercer as funções de membro integrante desta Quinta Turma Recursal o Dr. ANDRÉ AGUIAR MAGALHÃES - Juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Fortaleza, conforme portaria nº 1002/2010, publicada em 14/07/2010.

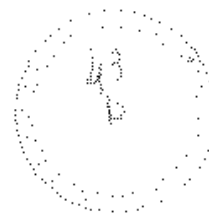
Certifico ainda que, todos os processos da relatoria do Dr. Henrique Jorge Granja de Castro, serão redistribuídos por sucessão ao Dr. André Aguiar Magalhães.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 15 de julho de 2010.

Bela Ilana Rodrigues Cardoso  
Secretaria da 5ª Turma Recursal





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TURMAS RECURSAIS  
DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS

Data - Hora  
29/7/2010 -  
14:36

Termo de Distribuição



Dados Gerais do Processo	
Protocolo Único	879-19.2009.8.06.9000 / 0
Antecedência	25/03/2009
Tipo de Ação	RECURSO INOMINADO
Assunto(s)	SEGURO
Local de Origem	JUIZADO ESPECIAL - 12ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - ALBERTA ( COMARCA DE FORTALEZA - 12A. UNIDADE DO JECC - PRAIA DE IRACEMA )
Ação de Origem	COBRANÇA
An. Apelação	0
Nº. Voluntas	1
Documento de Origem	PROCESSO
Documento Atual	PROCESSO
Atos Atual	REDISTRIBUIÇÃO POR ENCAMINHAMENTO
Data da Fase	29/07/2010
Por meio da REDISTRIBUIÇÃO POR ENCAMINHAMENTO do presente processo, ativo SUCESSÃO, em 29/07/2010 14:33 para (R) Reclamado: ANDRÉ AGUIAR MAGALHÃES	

Partes	
Nome	
Reclamante: ANTONIA HELENA DAS CHAGAS COUSA	
Rep. Jurídico: 15248 - CL WILSON DE MORAES MILFONI NETO	
Rep. Jurídico: 15286 - CL JORGE ANDRÉ FORTALLZA SAMPAIO	
Rep. Jurídico: 16081 - CL RUBENS FERREIRA STUART FILHO	
Reclamado: INTERBRAZIL SEGURADORA S/A	

Fortaleza, 29 de Julho de 2010

Responsável





PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA 5ª TURMA RECURSAL

CERTIFICO que, devido ao pedido de dispensa do Dr. Henrique Jorge Granja de Castro como Presidente - Relator desta Quinta Turma Recursal, (portaria 116/2010, publicada em 17/05/2010), foi designado para exercer as funções de membro integrante desta Quinta Turma Recursal o Dr. ANDRÉ AGUIAR MAGALHÃES - Juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Fortaleza, conforme portaria nº 1002/2010, publicada em 14/07/2010.

Certifico ainda que, todos os processos da relatoria do Dr. Henrique Jorge Granja de Castro, serão redistribuídos por sucessão ao Dr. André Aguiar Magalhães.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 15 de julho de 2010.

Bela Ilana Rodrigues Cardoso  
Secretaria da 5ª Turma Recursal





DO

ESTADO DO CEARÁ


FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS PROF. DOLOR BARREIRA  
QUINTA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CIVEIS E CRIMINAIS  
Av. Santos Dumont, 1.119 - São José - CEP: 61.100-000 - Fortaleza - P.º - 1431.120 - 1242



## CONCLUSÃO

Faço conclusão dos presentes autos ao  
**Exmo. Dr. André Aguiar Magalhães** – Juiz  
Relator da Quinta Turma Recursal dos  
J.E.C.C.

Fortaleza, 29 de julho de 2010

  
Ilana Rodrigues Cardoso  
Secretaria da 5ª Turma Recursal dos J.E.C.C.






PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA 5ª TURMA RECURSAL

SECRETARIA

Certifico que devido ao pedido de remoção do **Dr. André Aguiar Magalhães**, para a 3ª Turma Recursal (portaria 210/2011, publicada em 25/02/2011), foi designado para exercer as funções de membro integrante desta 5ª Turma Recursal o **Dr. Carlos Alberto Sá da Silveira** - Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, conforme portaria 1091/2011 publicada em 12/08/2011.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 24 de agosto de 2011.

  
Beia Ilana Rodrigues Cardoso  
Secretária da 5ª Turma Recursal





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TURMAS RECURSAIS  
DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS

Data - Hora  
26/8/2011 - 13:39

Termo de Distribuição



Dados Gerais do Processo	
Processo Único	879-19.2009.8.06.9000 / 0
Autuação	25/03/2009
Tipo de Ação	RECURSO INOMINADO
Assunto(s)	SEGURO
Local de Origem	JUIZADO ESPECIAL - 12ª UNIDADE COMARCA FORTALEZA - ALDEOTA ( COMARCA DE FORTALEZA - 12A. UNIDADE DO JECC - PRAIA DE IRACEMA )
Ação de Origem	COBRANÇA
Nº Anexos	0
Nº Volumes	1
Documento de Origem	PROCESSO
Documento Atual	PROCESSO
Posto Atual	REDISTRIBUIÇÃO POR ENCAMINHAMENTO
Data da base	26/08/2011
Foi feita REDISTRIBUIÇÃO POR ENCAMINHAMENTO do presente processo, motivo SUCESSÃO, em 26/08/2011 13:36, para o(a) Reitor(a): CARLOS ALBERTO DA SILVA	

Nome	Partes
Requerente : ANTONIA HELENA DAS CHAGAS SOUSA	
Rep. Jurídico : 15210 - CE WILSON DE NOROES MILFON NETO	
Rep. Jurídico : 15286 - CE JORGE ANDRE FORTALEZA SAMPAIO	
Rep. Jurídico : 16081 - CE RUBENS FERREIRA STUART FILHO	
Requerido : INTERBRAZIL SECURADORA S.A	

Fortaleza, 26 de Agosto de 2011

Responsável






ESTADO DO CEARÁ  
FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS PROF. DOLOR BARREIRA  
QUINTA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS  
Av. Santa Quitéria nº 1400 - Aldeota - CEP: 60.050-100 - Fortaleza/CE - Fones: 3708 9534/1638

### CONCLUSÃO

Faço conclusão dos presentes autos ao  
**Exmo. Dr. Carlos Alberto de Sá da Silveira** -  
Juiz Relator da Quinta Turma Recursal dos  
J.E.C.C.  
Fortaleza, 24 de agosto de 2011.

  
Ilana Rodrigues Cardoso  
Secretaria da 5ª Turma Recursal dos J.E.C.C.





PODER JUDICIÁRIO  
FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS PROF. DOLIR BARREIRA  
QUINTA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

### CERTIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PÁGINA

CERTIFICO que a pauta de julgamento nº 13 foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico no dia **30 de novembro de 2011** (4ª feira) e publicada no dia **1º de dezembro de 2011** (5ª feira). O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 02 de dezembro de 2011.

Ilana Rodrigues Cardoso  
Secretaria da 5ª Turma Recursal dos J.E.C.C.

### CONCLUSÃO

Faço conclusão dos presentes autos no Exmo. Sr.  
Carlos Alberto de Sá da Silveira - Juiz Relator da 5ª  
Turma Recursal dos J.E.C.C.

Fortaleza, 02 de dezembro de 2011.

Ilana Rodrigues Cardoso  
Secretaria da 5ª Turma Recursal dos J.E.C.C.





ESTADO DO PARANÁ  
FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS PROF. DOLCI BARREIRA  
SECRETARIA DA QUINTA TURMA DE CÂMERAS JUDICIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS  
Av. São João, nº 740 - Centro - Curitiba - PR - CEP: 80010-000 - Fone: (41) 324-0122

RECURSO CÍVEL Nº 879-19.2020.8.06.00000

SESSÃO DE JULGAMENTO: 05/12/2011

RELATOR:

EXMO. JUIZ CARLOS ALBERTO SÁ DA SILVEIRA

PRESTIDENTE DA SESSÃO

EXMO. JUIZ CARLOS ALBERTO SÁ DA SILVEIRA

MEMBROS JULGADORES:

EXMA. JUÍZA NÁDIA MARIA FROTA PEREIRA

EXMO. JUIZ GERARDO MAGELO FACUNDO JÚNIOR

SECRETÁRIA

ILANA RODRIGUES CARDOSO

#### CERTIDÃO

CERTIFICO QUE A PGRÉIA QUINTA TURMA RECURSAL, AO Apreciar o RECURSO EM EPÍGRAFE EM SESSÃO REALIZADA NESTA DATA, PROFERIU A SEGUINTE DECISÃO:

"A TURMA, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, CONHECEU DO RECURSO DANDO-LHE PROVIMENTO, REFORMANDO A SENTENÇA MONOCRÁTICA."

O REFERIDO É VERDADE, DOU FE.

PONTALIZA, 05 DE DEZEMBRO DE 2011.

EXM. ILANA RODRIGUES CARDOSO  
SECRETARIA



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO CEARÁ  
5ª TURMA RECURSAL  
CARLOS ALBERTO SÁ DA SILVEIRA

PROCESSO Nº 879-19.2009.8.06.9000/1  
CLASSE: RECURSO INOMINADO  
RECORRENTE: **ANTÔNIA HELENA DAS CHAGAS SOUSA**  
RECORRIDO: Interbrazil Seguradora S.A  
JUIZO A QUO: JECC – 12ª Unidade – Fortaleza.

**EMENTA**

Seguro DPVAT – Complementação da indenização. Possibilidade de qualquer seguradora que opere no complexo do Seguro DPVAT figurar no pólo passivo. Admissibilidade de cobrança, por via judicial, do valor remanescente, mesmo após o recebimento de quantia por conta de sinistro. Reforma da decisão. Indenização monetariamente atualizada até o efetivo pagamento. Honorários incabíveis, a teor do art. 55 da Lei 9.099/95. Procedência do apelo.

**VOTO**

**ACORDA** a 5ª Turma Recursal dos Juizados Cíveis e Criminais, por unanimidade, conhecer do presente recurso, concedendo provimento ao mesmo, reformando a decisão monocrática. Honorários incabíveis, a teor do art. 55 da Lei 9.099/95.

**DA DISPENSA DO RELATÓRIO**

Dispensado o relatório, de acordo com o Enunciado 92 do FONAJE (Fórum Nacional dos Juizados Especiais), abaixo transcrito:

*Enunciado 92 – Nos termos do art. 46 da Lei nº 9099/1995, é dispensável o relatório nos julgamentos proferidos pelas Turmas Recursais<sup>1</sup>.*

**VOTO**

**DA ALEGACÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE**

É matéria de todo pacífica a **jurisprudência no sentido de que qualquer Seguradora que opere no complexo do Seguro DPVAT pode figurar no pólo passivo.**

A este respeito, transcrevo a seguinte decisão, do STJ, cujo entendimento encontra-se pacificado sobre o tema:

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL.**

**1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados.**

<sup>1</sup> Aprovado no XVI Encontro - Rio de Janeiro/RJ



2. Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes.
3. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 211/STJ quando a questão suscitada no recurso especial, não obstante a oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pela Corte a quo.
4. O acesso à via excepcional, nos casos em que o Tribunal a quo, a despeito da oposição de embargos de declaração, não regulariza a omissão apontada, depende da veiculação, nas razões do recurso especial, de ofensa ao art. 535 do CPC.
5. A via do recurso especial não é adequada para a interpretação de preceitos constitucionais.
6. Agravo regimental improvido.<sup>3</sup>

Ora, se é certo que "qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização", então também o é que qualquer uma pode ser acionada para efetuar o pagamento da diferença do valor, assegurado seu direito de regresso.

A matéria também já foi examinada pelo Fórum Nacional dos Juizados Especiais, daí advindo o ENUNCIADO Nº 82, verbis:

*Enunciado 82 - Nas ações derivadas de acidentes de trânsito a demanda poderá ser ajuizada contra a seguradora, isolada ou conjuntamente com os demais coobrigados.<sup>4</sup>*

**DA INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS**

Inexiste, por igual, qualquer dúvida em relação à possibilidade do feito ter curso nos Juizados Especiais, máxime porque não se trata de matéria de maior complexidade e não há, ao contrário do que sustenta a Recorrente, qualquer necessidade de realização de perícia no Promovente, ora Recorrido.

Vide decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

JUIZADOS ESPECIAIS. CIVIL. DPVAT. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. DEBILIDADE PERMANENTE. FIXAÇÃO CORRETA DA INDENIZAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Se constam dos autos as provas documentais necessárias ao deslinde da matéria objeto da lide, pertinente à ocorrência do acidente de trânsito e à existência de lesão permanente, não há que se falar em complexidade da matéria por necessidade de realização de prova pericial formal, inútil na hipótese vertente, a afastar sua produção e a incompetência dos Juizados Especiais. Preliminares de incompetência e cerceamento de defesa rejeitadas.
2. O exercício do poder regulamentar pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP - não pode aplicar o afastamento das normas contidas na Lei objeto de seu detalhamento, para determinar variação do seguro em função da gravidade da lesão. Se há antinomia entre resolução editada pelo CNSP e a lei ordinária, o critério de solução deve ser o hierárquico, mantendo-se assim a coerência do sistema normativo.
3. O seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores quantificado em salários mínimos está em conformidade com o artigo 3º da Lei 6.194/74, com a redação vigente à época do fato gerador da indenização, e não se confunde com índice de reajuste. Referida regra não foi revogada pelas Leis n. 6.206/75 ou n. 6.423/77, e foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. A matéria está pacificada pelo Supremo Tribunal Federal<sup>1</sup> e pelo Superior Tribunal de Justiça.
4. O art. 5º da Lei 6.194/74 dispõe que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente. Demonstrada a debilidade permanente do membro inferior direito e da função locomotora do ora recorrido pelo laudo do IML de fl. 40/verso, provocada por acidente envolvendo veículo automotor (fl. 40), a indenização deve corresponder ao valor de 40 (quarenta) salários mínimos à época do acidente, em conformidade com o artigo 3º da Lei n. 6.194/74, com a redação vigente à época do fato gerador da indenização<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> AgRg no Ag 870.091/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ 11/02/2008, p. 106

<sup>2</sup> Grifos inexistentes no original.

<sup>3</sup> Aprovado no XIII Encontro do Fórum Nacional dos Juizados Especiais - FONAJE, Campo Grande/MS



53  
1  
36

5. Consoante jurisprudência consolidada do o. Superior Tribunal de Justiça, que possui a atribuição constitucional de pacificar a interpretação da legislação federal, para a imposição da multa do art. 475-J do CPC não há necessidade de intimação pessoal do devedor. Destaco o claro precedente de relatoria do Exmo. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO: "AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR PARA IMPOSIÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRECEDENTES DESTA TURMA. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ARTIGO 557, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO IMPROVIDO." (AgRg no Ag 1039520; T4 - QUARTA TURMA; DJe 10/05/2010)

6. Preliminares rejeitadas. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do art. 46 da Lei n. 9.099/95. Condenado a Recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios em 10% do valor da condenação. <sup>1-5</sup>

#### DA ALEGACAO DE CASO DE ALAG

Prossigo, então, examinando a alegativa da Seguradora de que o Autor, ao ter recebido valores, teria dado plena e ampla quitação, não lhe sendo possível, assim, mais nada desta requerer.

A matéria, friso, é única e exclusivamente de direito, desnecessária a realização de qualquer verícia, máxime quando a Seguradora, de pronto, busca se eximir de qualquer pagamento, dado que nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a prova de o autor ter sofrido acidente automobilístico, do qual resultou com danos pessoais, o que é matéria pacífica, tanto é que a Seguradora já efetuou o pagamento do valor que entende devido.

Além disto, é perfeitamente possível o ingresso da presente, mesmo após ter dado o Autor quitação do valor pago

Isto porque, de acordo com a melhor jurisprudência, tal quitação só abrange o *quantum* efetivamente recebido, não sendo vedado o questionamento judicial da complementação da indenização.

A este respeito, transcrevo decisão do Colendo Superior Tribunal de Justiça:  
CIVIL. SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT) VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74, RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE

I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil do veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste o, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.

III. Recurso especial conhecido e provido. <sup>1-5</sup>

E nem poderia ser diferente. Afinal, lembre-se que, vitimado por acidente, o(a) Autor(a) é, nítida e notoriamente, a parte hipossuficiente da relação.

Enquanto a Promovida é parte de grande conglomerado financeiro, a viúva do Acidentado precisa do numerário, até, em última análise, para se manter vivo.

<sup>1</sup> Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, SANDRA REVES VASQUES TONUSSI - Relatora, julgado em 20 de agosto de 2010.

<sup>2</sup> Grifos inexistentes no original

<sup>3</sup> REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2002, DJ 23/09/2002, p. 367

<sup>4</sup> Grifos não existentes no original.



A viúva do Acidentado não pode esperar uma demanda judicial. Precisa urgentemente do numerário. E, assim, se sujeita a receber valor a menor que o realmente cabido.

Desta forma, não há como se falar em extinção liminar do feito, por carência da ação. Prossegue-se, pois, no exame dos presentes.

#### DO PAGAMENTO PARCIAL DE VALORES

A questão, já se viu, versa acerca da complementação da indenização sofrida por invalidez permanente.

Tal questão, é regida pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Referida lei dispõe, antes da modificação feita pela Lei 11.482/07, em seu art. 3º, o seguinte:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- a) - 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de morte;
- b) - Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente;

Por sua vez, o art. 4º de citado diploma legal assim prevê:

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

É fato incontroverso que a Autora é possuidora do benefício do seguro DPVAT, fato comprovado pelo atestado de óbito do de cujus.

A questão, repita-se, diz respeito, única e exclusivamente ao *quantum* recebido

E, neste ponto, merece prosperar o pleito autoral.

É que a jurisprudência vem entendendo que, como até o presente momento, o CNSP não laborou "Tabela ou Anexo que permita reduzir, aleatoriamente, o valor máximo do seguro, não se mostra necessária a apuração do grau de incapacitação ou invalidez do demandante".

A este respeito, transcrevo decisões oriundas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

EMENTA: DPVAT - LEGITIMIDADE PASSIVA - QUITAÇÃO PELA VIA ADMINISTRATIVA - FALTA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À PROPOSITURA DA DEMANDA - POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO BASE PARA A AFERIÇÃO DE VALORES DA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DO SEGURO OBRIGATÓRIO - QUANTIFICAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE INVALIDEZ PERMANENTE - APELAÇÃO IMPROVIDA.

1 - Qualquer das integrantes do consórcio de seguradoras responsáveis pelo pagamento das indenizações relativas ao seguro DPVAT é parte legítima para integrar o pólo passivo das ações concernentes às referidas indenizações, conforme estabelece o artigo 7º da Lei 6.194/74.

2 - O fato de ter o apelado recebido certa quantia pela via administrativa não lhe retira o direito de pleitear judicialmente a complementação daquele valor.

3 - A indenização relativa ao Seguro DPVAT será paga mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado, nos termos do artigo 5º da lei 6.194/74.

4 - Não há na espécie qualquer afronta ao artigo 7º, inciso IV, da Constituição de 1988, pois, a lei 6.194/74 não pretendeu criar forma de indexação e sim estabelecer valor certo e determinado para o pagamento das indenizações decorrentes do seguro DPVAT.



5 - O pagamento das indenizações concernentes ao seguro DPVAT relativas a eventos ocorridos antes de 15 de dezembro de 2008, comprovada a ocorrência de invalidez permanente, independente de sua extensão, deve ser realizado em valor correspondente ao máximo estipulado para os casos de invalidez permanente pela lei 6.194/74, isto é, 40 (quarenta) salários mínimos se ocorrido o sinistro até 29 de dezembro de 2006, data em que entrou em vigor a Medida Provisória nº 340/2006, e, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) se em data posterior, no entanto, nos eventos ocorridos a partir de 16 de dezembro de 2008 o pagamento das aludidas indenizações referentes ao Seguro Obrigatório deve ser realizado com base no tabelamento constante na própria lei 6.194/74.

6 - Apelação conhecida e improvida.<sup>9 10</sup>

EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO - DPVAT. PRELIMINARES ARGUIDAS DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA E DE INÉPCIA DA INICIAL EM FACE DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. AMBAS AFASTADAS. RECEBIMENTO ADMINISTRATIVO DO VALOR INDENIZATÓRIO A MENOR. COBRANÇA DA DIFERENÇA. POSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO COM BASE EM RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP. INVIABILIDADE. FIXAÇÃO MÁXIMA ESTABELECIDA NO ART. 3º, "B" DA LEI Nº 6.194/74. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. POSSIBILIDADE.

1. Preliminar de ilegitimidade passiva da Marítima Seguros S/A. A recorrente é integrante do consórcio DPVAT, tendo, portanto, legitimidade para figurar no pólo passivo desta lide, vez que o segurado poder pleitear a indenização de qualquer das seguradoras integrantes do consórcio, em face da responsabilidade solidária existente. PRELIMINAR AFASTADA.

2. Preliminar de Carência da Ação por Falta de Interesse de Agir: O fato do autor ter outorgado quitação à seguradora não implica renúncia ou extinção do crédito, tão pouco configura impedimento à pretensão de buscar em juízo a complementação que a lei lhe garante. Entendimento já consolidado por este Tribunal. PRELIMINAR AFASTADA.

3. A vinculação do quantum indenizatório ao salário mínimo serve apenas para a quantificação inicial do valor devido, não funcionando como índice de correção monetária.

4. O teto limite do valor de cobertura securitária foi estabelecido expressamente por lei ordinária (Lei nº 6.194/74), sendo infundada a regulamentação desses valores por Resolução emitida pelo CNSP. Questão clara de hierarquia de normas, dispensando maiores discussões.

5. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida.<sup>11 12</sup>

Como consequência, reconheço que a douta decisão de 1º Grau merece reforma, para que seja dada procedência ao apelo. Isto porque, efetivamente, tem a parte direito à complementação do DPVAT, pelas razões acima elencadas.

Deve, assim, ocorrer o pagamento da complementação da indenização até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos, tomando como base o salário mínimo vigente na época do pagamento a menor feito pela Seguradora.

Aplica-se, em complemento ao art. 406 do Código Civil de 2002, o art. 161, §1º do Código Tributário Nacional, que fixa juros moratórios em 1% ao mês. Devem incidir a partir da citação, nos moldes do artigo 405 do Código Civil, uma vez que não se trata o caso dos autos de responsabilidade civil extracontratual. Assim, à falta de norma especial, a mora advém da citação, consoante dispõe o art. 405 do Código Civil e no art. 219, caput, do Código de Processo Civil. Sobre o tema, assentou o colendo Superior Tribunal de Justiça por meio da súmula 426: "os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação".

<sup>9</sup> Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 6ª Câmara Cível, APELAÇÃO CÍVEL Nº 145862-79.2008.8.06.0001/1, APELANTE: MARÍTIMA SEGUROS S/A APELADO: FRANCISCA JOANA FÁBIA SOUZA ALMEIDA, RELATORA: DESA. SÉRGIA MARIA MENDONÇA MIRANDA, julgado em 07/01/2011.

<sup>10</sup> Grifos inexistentes no original.

<sup>11</sup> Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 5ª, Câmara Cível, Apelação Cível nº 65387-39.2008.8.06.0001/2, Des. Francisco Suenon Batista, julgamento em 11/01/2011.

<sup>12</sup> Grifos inexistentes no original.



Quanto à **correção monetária**, tem-se que a sua incidência deve dar-se a partir do pagamento administrativo a menor, data na qual deveria ter ocorrido o pagamento integral, aplicando-se o IGP-M/FGV como índice de reajuste.

Quanto aos honorários são incabíveis, pois conforme art. 55 da Lei 9.099/95, em segundo grau, somente o recorrente, VENCIDO, pagará as custas e honorários de advogado.

**CONCLUSÃO**

SENDO ASSIM, CONHEÇO do recurso, por tempestivo, para, no mérito, dar ao mesmo PROCEDÊNCIA, condenando a Seguradora ao pagamento da complementação da indenização do seguro DPVAT, ressaltando o direito desta interpor ação regressiva contra a Seguradora que pagou a menor, ressaltando que a indenização deve ser paga com base no salário mínimo vigente na época do pagamento a menor, monetariamente atualizada até o efetivo pagamento. Honorários incabíveis, a teor do art. 55 da Lei 9.099/95. Acórdão assinado somente pelo Relator a teor do art. 41 do Regimento Interno das Turmas Recursais do Estado do Ceará.

É como voto.

Fortaleza, 05 de dezembro de 2011.

  
**CARLOS ALBERTO SÁ DA SILVEIRA**  
JUIZ RELATOR





PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA 5ª TURMA RECURSAL

**RECEBIMENTO DOS AUTOS**  
c/ acórdão.

Fortaleza, 05 de dezembro de 2011.

Belª. Iliana Rodrigues Cardoso  
Secretária da Quinta Turma Recursal

**CERTIDÃO**

Certifico que foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico/TJCE o acórdão nº 08, em **13/11/2011** e considerado publicado na data abaixo mencionada, conforme os termos do artigo 4º § 3º da Lei 11.419/2009.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 14 de dezembro de 2011.

Belª. Iliana Rodrigues Cardoso  
Secretária da Quinta Turma Recursal

Lei 11.419 - art. 4º

§ 3º - Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico

§ 4º - Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

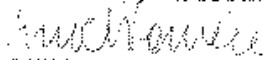




PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA 5ª TURMA RECURSAL

**CERTIDÃO**

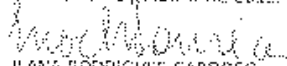
CERTIFICO QUE DECORREU O PRAZO LEGAL, SEM QUE A PARTE INTERESSADA, NADA TIVESSE APRESENTADO OU REQUERIDO SOBRE O ACÓRDÃO DE FLS. 51/56.  
FORTALEZA, 19 DE JANEIRO DE 2012.

  
Bela ILANA RODRIGUES CARDOSO  
SECRETÁRIA DA 5ª TURMA RECURSAL

**REMESSA**

FAÇO A REMESSA DOS AUTOS AO JUIZ ADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE 12ª UNIDADE - FIC.

FORTALEZA, 19 DE JANEIRO DE 2012.

  
Bela ILANA RODRIGUES CARDOSO  
SECRETÁRIA DA 5ª TURMA RECURSAL





ESTADO DO CEARÁ  
FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS PROF. DOLOIR BARREIRA  
QUINTA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS  
Av. São João Batista nº 1400 - Aldeias - CEP: 60.150-100 - Fortaleza/CE - Fone: 3235 1634 - 1636

Ofício de ordem nº 10/2012

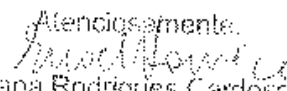
Fortaleza, 19 de janeiro de 2012.

Ao  
DIRETOR DE SECRETARIA DO J.E.C.C. DA 12ª UNIDADE - FIC

Assunto: Encaminhamento dos autos

Senhor Diretor,

Faço remessa do Recurso Cível nº 879-19.2009.8.06.9000/0, oriundo dessa Egrégia Turma, tendo em vista a decisão do acórdão, para adoção das providências de estilo.

Atenciosamente,  
  
Ilana Rodrigues Cardoso  
p/SECRETÁRIA DA 5ª TURMA RECURSAL DOS J.E.C.C.



60



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
12ª UNIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS  
CIVEIS E CRIMINAIS  
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

Processo nº 45.412/2005

R/R

Faço a certidão do trânsito em julgado de fl. 132.  
Intime-se o autor para requerer a execução do julgado, no  
prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento.

Intime-se o credor, por seu advogado, através do  
diário do Justica, deste despacho.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2012.

LUIZ ROBERTO OLIVEIRA DUARTE  
JUIZ DE DIREITO





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal  
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota

Processo nº 45432/05.

**CERTIDÃO DE ENVIO PARA DJ**

CERTIFICO que foi enviado para publicação, despacho/sentença  
da fls. 60 expediente nº 24/2012. O referido é verdade. Dou fé.  
Fortaleza/CE, 21/05/2012.

*FB Wagner da Silva*  
p/ Marcus Crisban de Queiroz e Silva  
**DIRETOR DE SECRETARIA**





PRATO DE 16 (DEZ) DIAS - SOBRE PETIÇÃO DE FL. 121 E 1 - Fortaleza - 23 DE NOVEMBRO DE 2011 INT. DR. FELIPE COELHO TEIXEIRA OAB/CE 29.277

15) 2005.17.02156-4 - TOMBO: 51.964/2005 - AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - PROMOVENTE: IEDA DE MELO IRIAPINA - PROMOVIDO: UNIMED - Fortaleza, DESPACHO R. H. 11 INTIMAR A PARTE PROMOVIDA, POR SEU ADVOGADO ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA SE MANIFESTAR, NO PRAZO DE 15 (CINCO) DIAS, SOBRE PETIÇÃO DE FL. 150 - 1 - Fortaleza - 23 DE NOVEMBRO DE 2011 INT. DRA. MARTHA SALVADOR DOMÍNGUES OAB/CE 13.217

16) 2005.17.00179-9 - TOMBO: 42.692/2005 - AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS - PROMOVENTE: CINTHIA BIARQUE GURGEL - PROMOVIDO: BANCO REAL/ ABN AMRO BANK - DESPACHO R. H. 11 INTIMAR A PARTE PROMOVIDA POR SEU ADVOGADO ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA SE MANIFESTAR, NO PRAZO DE 15 (DEZ) DIAS, PARA REAJUSTAR O PAGAMENTO DAS CORTAS PROFISSIONAIS DOS EMPREGADOS OFERECIDOS - CONFORME ART. 5º, § 1º DO CC - INCLUSIVE O P. 1º DO ART. 1.136 DO CC - 1 - Fortaleza - 16 DE NOVEMBRO DE 2011 INT. DR. RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO OAB/CE 3.432

17) 2005.17.01814-4 - TOMBO: 45.646/2005 - AÇÃO DE COBRANÇA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PROMOVENTE: MARIA MEDEIRO OLIVEIRA - PROMOVIDA: SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS - DESPACHO R. H. 11 INTIMAR SE O ADVOGADO DA PARTE TENHA SAÍDO REMANESCENTE, INTIMAR A SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS POR SEU ADVOGADO ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, PARA QUE PROCURE O PAGAMENTO DO VALOR REMANESCENTE, NO PRAZO DE 15 (CINCO) DIAS, SOB PENA DO ART. 4º, § 1º DO CPC, INTIMAR SE AS PARTES, POR SEUS ADVOGADOS, VÁ DIÁRIO DA JUSTIÇA, DESTE DESPACHO - EXPEDIENTES NECESSÁRIOS - Fortaleza, 31 DE JANEIRO DE 2012 INT. DR. WILSON DE NOROES MILFON NETO OAB/CE 15.248 E DR. IVAN MONTE CLAUDIO JUNIOR OAB/CE 12.861

18) 2007.17.01232-6 - TOMBO: 55.664/2007 - AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS - PROMOVENTE: JULITA ISMÊNIA TEIXEIRA PRACIANO - PROMOVIDA: BRADESCO SEGUROS SA - SENTENÇA 11.1810 PUNTO DE DECISÃO - EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FATO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I DO CPC, EXPEÇA SE O ALVARÁ DE LIVRAMENTO PARA O VALOR DE 15 (QUINZE) MIL REAIS - NO VALOR DE R\$ 15.000,00 - 1 - Fortaleza, 16 DE NOVEMBRO DE 2011 INT. DR. EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO OAB/CE 21.154 E DRA. VIVIAN SOUSA DA SILVA CAMPOS OAB/CE 18.865

19) 2005.17.01782-2 - TOMBO: 45.974/2005 - AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT - PROMOVENTES: LUCIA DOS SANTOS SILVA E FRANCISCO FERREIRA SILVA FILHO - PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - SENTENÇA 11.1810 PUNTO DE DECISÃO - EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO, O QUE FATO COM AMPARO NO ART. 794, INCISO I DO CPC, EXPEÇA SE O ALVARÁ DE LIVRAMENTO PARA O VALOR DE 15 (QUINZE) MIL REAIS - NO VALOR DE R\$ 15.000,00 - 1 - Fortaleza, 16 DE NOVEMBRO DE 2011 INT. DR. EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO OAB/CE 21.154 E DRA. VIVIAN SOUSA DA SILVA CAMPOS OAB/CE 18.865

20) 2008.17.01408-3 - TOMBO: 45.412/2008 - AÇÃO DE COBRANÇA C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PROMOVENTE: ANTONIA HELENA DAS CHAGAS SOUSA - PROMOVIDO: COMPANHIA INTERBRAZIL DE SEGUROS - DESPACHO R. H. 11 INTIMAR A CERTIFICAR O TRANSITO EM PRAZO DE FL. 132 INTIMAR SE O ADVOGADO PARA REQUERER A REAJUSTAGEM DO JUROS NO PRAZO DE 15 (DEZ) DIAS SOB PENA DE ANULAMENTO, INTIMAR SE O ADVOGADO, POR SEU ADVOGADO ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA, DESTE DESPACHO - EXPEDIENTES NECESSÁRIOS - Fortaleza, 31 DE JANEIRO DE 2012 INT. DR. WILSON DE NOROES MILFON NETO OAB/CE 15.248

21) 2005.17.00293-6 - TOMBO: 47.948/2005 - AÇÃO DE COBRANÇA C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PROMOVENTE: ANDREA MARIA TEGONIO BARBOSA - PROMOVIDA: SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS - DESPACHO R. H. 11 INTIMAR SE O ADVOGADO DO RECORRIDO PARA CONTRARAZOAR NO PRAZO LEGAL, QUERENDO DILATANDO O PRAZO, COM OU SEM MANIFESTAÇÃO DO RECORRIDO, FAZAM AS ANOTAÇÕES NECESSÁRIAS E REAJUSTAR OS AUTOS À CONDIÇÃO DA POSTA FIAT RECURSAL, COM OS NOVOS QUOTIENTES EXPEDIENTES NECESSÁRIOS - Fortaleza, 04 DE DEZEMBRO DE 2011 INT. DR. SAMUEL MARQUES OAB/CE 20.973-4

22) 2005.17.02154-6 - TOMBO: 51.966/2005 - AÇÃO DE COBRANÇA C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PROMOVENTE: REGINA LUCIA DA COSTA JUSTINO - PROMOVIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - DESPACHO R. H. 11 INTIMAR SE O ADVOGADO DO RECORRIDO PARA CONTRARAZOAR NO PRAZO LEGAL, QUERENDO DILATANDO O PRAZO, COM OU SEM MANIFESTAÇÃO DO RECORRIDO, FAZAM AS ANOTAÇÕES NECESSÁRIAS E REAJUSTAR OS AUTOS À CONDIÇÃO DA POSTA FIAT RECURSAL, COM OS NOVOS QUOTIENTES EXPEDIENTES NECESSÁRIOS - Fortaleza, 04 DE DEZEMBRO DE 2011 INT. DR. EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO OAB/CE 21.154

23) 2007.17.01789-3 - TOMBO: 55.928/2007 - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA COM PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - PROMOVENTE: JOSÉ MARIA BESSA - PROMOVIDA: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS -

Fortaleza, 04 de dezembro de 2011. O Juiz de Direito, Dr. Carlos Alberto de Oliveira Lopes Filho.



Advogados Associados  
Rua da Liberdade, 100 - Centro  
Fortaleza - Ceará - Brasil

Advogados Associados  
Rua da Liberdade, 100 - Centro  
Fortaleza - Ceará - Brasil

**STUDART & NORÕES MILFONT**

Advogados Associados

OAB/CE nº 434

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 12ª UNIDADE DO  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE  
FORTALEZA-CE.

**CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**  
**PROCESSO Nº: 45.412/05**

**ANTÔNIA HELENA DAS CHAGAS SOUSA**, já  
amplamente qualificada, vem, perante este Douto Órgão Julgador, com a ordinária  
reciprocidade de respeito, através de seus judiciais patronos infrafirmados, requerer o  
**CUMPRIMENTO DA SENTENÇA** prolatada na presente **AÇÃO DE**  
**COBRANÇA**, em deslavour da **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, com  
esteio nos fatos e fundamentos a seguir:

A Decisão meritória definitiva condenou a Ré ao pagamento  
da complementação de valor da seguro DPVAT, nos termos da Douta Sentença  
meritória, tendo referida decisão já transitada em julgado.

Assim, Requer seja a Ré intimada a cumprir o julgado, sob  
pena de aplicação da multa de 10% e penhora *on line* dos valores devidos,  
diretamente nas contas bancárias da seguradora Ré.

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento,

Fortaleza (CE), 14 de Maio de 2012.

RUBENS FERREIRA STUART FILHO  
OAB/CE nº 16.051

WILSON DE NORÕES MILFONT NETO  
OAB/CE nº 15.248

*Stuart & Norões Milfont*  
SOLAN DE NORÕES MILFONT  
OAB/CE nº 19.843

Av. Antônio Sales nº 2.162/04, Dimensão Torres, Fortaleza/CE.  
CPF: 00.735-101. FAX: (85) 3261.33.49



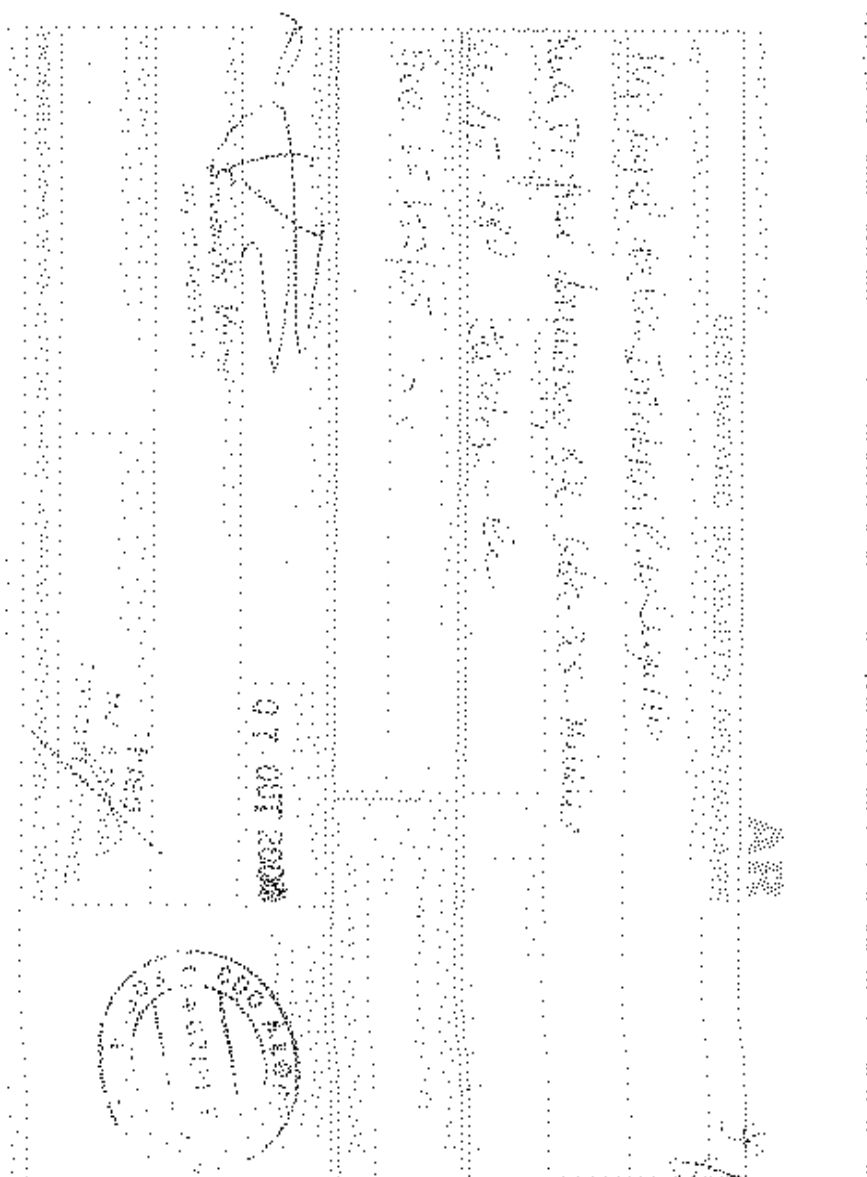
Número do processo 45.412/2005

Ào Sr. Representante Legal da COMPANHIA INTERBRASIL DE SEGUROS  
Endereço profissional à Rua Dr. José Lourenço, nº 870, sala 305, Meireles, Porto Alegre  
CEP: 91.115-280

Valido somente com o selo de autenticidade











Estado do Ceará  
Poder Judiciário  
12ª Unidade do H.C.C. de Fortaleza

Processo nº 45.412/05

Vistos etc.

R.h

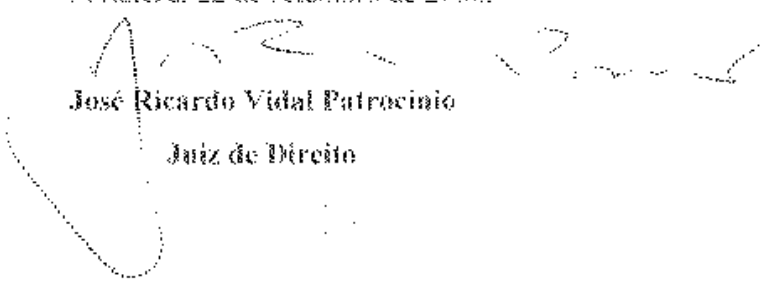
I - Defiro a gratuidade, vez que a autora declarou ser do lar, não tendo condições de arcar com o pagamento do preparo do recurso sem prejuízo do seu sustento. De conseguinte, recebo o recurso inominado.

II - Intime-se o advogado do réu para contrarrazoar, no prazo legal, querendo.

III - Decorrido o prazo, com ou sem manifestação do recorrido, façam as anotações necessárias e remetam os autos à considerações da douta Turma Recursal, com os nossos cumprimentos

Exp. Necessário.

Fortaleza, 22 de setembro de 2008.

  
José Ricardo Vidal Patrocínio

Juiz de Direito





Poder Judiciário  
Comarca de Fortaleza  
12ª. Unidade do Juizado Especial  
Rua: Visconde de Mauá, 1940 - Aldeota

### CARTÃO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 14.412/17

Senhor(a) CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LOPES FILHO

Pelo Presente, extraído do processo acima identificado, Eza V. As.  
Intimado(a):

- ☐ Comparecer à audiência de conciliação designada por esta Secretaria para o dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, às \_\_\_\_h, sob pena de extinção, sendo a parte autora, ou revelia, sendo parte ré;
- ☐ Comparecer à audiência de instrução e julgamento, designada por esta secretaria para o dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, às \_\_\_\_h, sob pena de extinção, sendo parte autora, ou revelia, sendo parte ré;
- ☐ Informar a este Juízo se o acordo de fls. \_\_\_\_ foi devidamente cumprido;
- ☐ Movimentar o feito em \_\_\_\_ dias/\_\_\_\_ horas, sob pena de extinção;
- ☐ Manifestar-se sobre certidão de fls. \_\_\_\_ dos autos;
- ☐ Manifestar-se sobre nomeação de bens penhorados, fls. \_\_\_\_ dos autos;
- ☐ Manifestar-se sobre ofício de fls. \_\_\_\_ dos autos;
- ☐ Requerer a execução da sentença, caso queira;
- ☐ Apresentar o endereço da parte contrária em 05(cinco) dias, sob pena de extinção;
- ☐ Intimar: ☐ a parte autora; ☐ parte ré ☐ ambas as partes para requerer o que for de direito.
- ☐ Tendo em vista o acórdão de fls. \_\_\_\_, requiera o interessado o que for de direito;
- ☐ Intimar o exequente sobre o depósito de fl. \_\_\_\_;
- ☐ Intimar o promovente para fornecer o CPF do promovido;
- ☐ Da sentença de fls. \_\_\_\_ cuja cópia segue anexa, ficando ciente de que, caso não seja interposto o recurso no prazo legal, a referida sentença transitará em julgado;
- ☒ Apresentar contra-razões do recurso, em 10(dez) dias, através do advogado;
- ☐ Apresentar valor da execução, no prazo de 05(cinco) dias;
- ☐ Informar o endereço do promovido, em 05(cinco) dias;
- ☐ Manifestar-se sobre fls. \_\_\_\_ dos autos;
- ☐

Fortaleza, 03 de Maio de 2008

Ceyss Passos de Lima Souza  
Diretora de secretaria.

PD 4475697

Assinado eletronicamente com









ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
12ª Unidade do Juizado Especial: Cível e Criminal  
Rua Visconde de Mauá, 1940, Aldeota, 60125-160

Processo nº 45.412/2005  
Ação: CONBANÇA  
Promovente: Antonia Helena das Chagas Sousa  
Promovido: COMPANHIA INTERBRASIL DE SEGUROS

### CARTA DE INTIMAÇÃO

Fortaleza, 31 de março de 2008.

Ilmo. Dr. Representante Legal da COMPANHIA INTERBRASIL DE SEGUROS

Sirvo-me desta para intimá-lo da sentença de fls. 24, proferida nos autos em epigrafe, cuja parte final é a seguinte:

*"Posto isso, decreto a extinção do processo sem apreciação de mérito. Expedientes necessários. P. R. I. Fortaleza, 12 de abril de 2006. Dr. José Ricardo Vidal Patrocínio (Juiz de Direito)"*

*Eliane da Silva Barbosa*

Diretora de Secretaria, em exercício

Número do processo 45.412/2005

Ao Sr. Representante Legal da COMPANHIA INTERBRASIL DE SEGUROS  
Endereço profissional à Rua Dr. José Lourenço, nº 870, sala 305, Meireles, Fortaleza/Ce  
CEP: 60.115-280

Valido somente com o selo de autenticidade

Ad 4061051





Estado do Ceará  
Poder Judiciário  
12º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza

Processo nº 45.412/05

Vistos etc.

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT proposta por ANTONIA HELENA DAS CHAGAS SOUSA contra COMPANHIA INTERBRAZIL DE SEGUROS, identificadas nos autos.

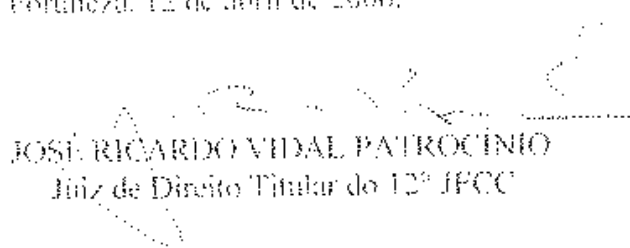
A liquidação extrajudicial da seguradora, por ato da SUSEP, torna complexa a lide, inclusive diante do evidente interesse dos órgãos públicos, e até da União, retirando a competência dos Juizados Especiais para o processamento e julgamento do feito.

Posto isso, decreto a extinção do processo sem apreciação de mérito.

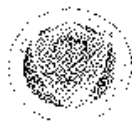
Expedientes necessários.

P.R.L.

Fortaleza, 12 de abril de 2006.

  
JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO  
Juiz de Direito Titular do 12º JFCC






Poder Judiciário  
Comarca de Fortaleza  
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal  
Rua Visconde de Mauá, 1940, Marreles, 60125-100

Processo nº 43 412/05

### CERTIDÃO

Certifico que a sentença de fls. 24, foi publicada nesta data. O  
referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 20 de Abril de 2005.

  
Diretor de Secretaria

### CERTIDÃO

Certifico que a sentença acima referida, foi esta data expedida em 02  
exemplares de autênticas, e dou fé.

Fortaleza, 20 de Abril de 2005.

  
Diretor de Secretaria

### CERTIDÃO

Certifico que foram expedidas cartas de intimação da sentença como se  
foi devido, é verdade e dou fé.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2005.

Diretor de Secretaria





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
12ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal  
Rua Visconde de Mauá, 1949, Aldeota, 60125-160

Processo nº 45.412/2005  
Ação: CONBANÇA  
Promovente: Antonia Helena das Chagas Sousa  
Promovido: COMPANHIA INTERBRASIL DE SEGUROS

### CARTA DE INTIMAÇÃO

Fortaleza, 31 de março de 2008.

Ilmo. Dr. Wilson de Norões Milfont Neto

Sirvo-me desta para intimá-lo da sentença de fls. 24, proferida nos autos em epigrafe, cuja parte final é a seguinte:

*"Posto isso, decreto a extinção do processo sem apreciação de mérito. Expedientes necessários. P. R. I. Fortaleza, 12 de abril de 2006. Dr. José Ricardo Vidal Patrocínio (Juiz de Direito)"*

*Eliane da Silva Barbosa*  
**Eliane da Silva Barbosa**

Diretora de Secretaria, em exercício

Número do processo 45.412/2005  
Ao Dr. Wilson de Norões Milfont Neto (OAB/Ce nº 15.248)  
Endereço profissional à Av. Antônio Sales, nº 2.162, Aldeota, Fortaleza/Ce  
CEP: 60125-101

Valido somente com o selo de autenticidade

AD 4061050



Processo nº 3000807-85.2018.8.06.0004 (Processo físico - 45.412/2005)

#### DESPACHO

À vista do quanto requerido pela reclamante no Id. 6483416, Págs. 67-69, intime-se a Seguradora Líder, por carta, via AR, para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, acerca de sua pretendida inclusão no polo passivo da demanda, em substituição à Interbrazil Seguradora S/A, dando-lhe ciência do inteiro teor dos autos, notadamente do acórdão proferido pela 5ª Turma Recursal no Id. 1631000 - Págs. 51-56.

Escoado o prazo, voltem conclusos para decisão.

Fortaleza, data digital.

Juiz Marcelo Roseno Oliveira

TITULAR DO 12º JEC

(assinatura eletrônica, na forma do art. 1º, § 2º, inciso III, alínea “a”, da Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006).